

Dívida interna do governo federal cresce menos

Segundo Tesouro Nacional, houve um crescimento de 0,43% em janeiro

SIMONE CAVALCANTI

BRASÍLIA – A dívida interna do governo federal está crescendo de forma mais suave, segundo informou ontem o coordenador da Dívida Pública do Tesouro Nacional, Paulo Valle. Em janeiro, o estoque da dívida ficou em R\$ 512,92 bilhões, um crescimento de 0,43% em relação a dezembro do ano passado, quando era de R\$ 510,70 bilhões.

Nos últimos 12 meses, a dívida aumentou 13,19% enquanto a taxa média da Selic no mesmo período foi de 17,21%, de acordo com cálculos do governo. “Isso quer dizer que o custo da dívida está sendo menor do que o custo de captação dos recursos pelo Tesouro Nacional”, explicou.

A desaceleração do ritmo de crescimento do estoque da dívida é explicada principalmente pela obtenção dos sucessivos superávits primários (receitas menos despesas, sem contabilizar o pagamento de juros) que o Tesouro vem obtendo há nove trimestres consecutivos, e pelos recursos de privatização. Segundo Valle, a variação registrada no ano passado refletiu apenas o crescimento vegetativo, ou seja, o que o governo tem de pagar por conta dos juros que incidem sobre o valor total da dívida em títulos.

Além disso, afirmou, em 2000 o governo conseguiu resgatar uma quantidade maior de títulos que estavam em poder do mercado, principalmente por causa dos recursos provenientes de privatizações, como a do Banespa, ocorrida em novembro. A entrada desses recursos permite ao Tesouro resgatar títulos públicos que estão em poder de mercado. Em ja-



Ed Ferreira/AE

Valle: ‘Custo da dívida é menor do que o de captação de recursos’

neiro, o resgate chegou a R\$ 6,1 bilhões.

Rolagem – O prazo médio de vencimento da dívida no mês de janeiro foi de 31,59 meses ante 29,85 meses registrado em dezembro de 2000. Esse foi o maior tempo de maturação dos papéis alcançado nos últimos 14 meses.

Valle explicou que grande parte desse alongamento teve como principal fator a emissão de Notas do Tesouro Nacional série C (NTN-C) com prazo de vencimento de 30 anos. Além disso, houve emissão de Letras Financeiras do Tesouro (LFT), títulos pós-fixados com prazo de 60 meses, e de Letras do Tesouro Nacional (LTN) com correção pré-fixada de 24 meses.

Do total da dívida de R\$

512,92 bilhões registrada em janeiro, 51,37% correspondem a títulos emitidos pelo governo que são remunerados pela taxa Selic. Essa proporção era de 52,24% em dezembro. A participação de LFTs vem caindo ao longo do ano por causa da estratégia adotada pelo Tesouro de

reduzir a participação de papéis pós-fixados por pré-fixados, as LTNs. Essa medida garante proteção ao governo contra oscilações nas taxas de juros.

Com isso, a participação das LTNs no estoque da dívida já subiu de 9,45%, no início de 2000, para 14,44% em janeiro. Do restante da composição da dívida em poder de mercado, 22,49% dos títulos têm correção cambial, 6,92% pelos índices de preços e 4,71% pela Taxa de Referência (TR).

**SUPERÁVIT
PRIMÁRIO
AJUDA QUEDA
DE RITMO**